

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.603 - PB (2019/0294163-4)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
SUSCITANTE : **JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE PEDRAS DE FOGO - PB**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE ITAMBÉ - PE**
INTERES. : **A J DA S**
ADVOGADO : **LUCIENE DA SILVA PONTES - PE036483**
INTERES. : **L V M DE P**
REPR. POR : **D F DE M E OUTRO**

EMENTA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE ANULAÇÃO DE REGISTRO C.C. INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE, PROMOVIDA POR QUEM REPUTA SER O PAI BIOLÓGICO DA CRIANÇA, CONSTANDO A MENOR NO POLO PASSIVO DA DEMANDA. AÇÃO AJUIZADA NO DOMICÍLIO DO AUTOR. DECLARAÇÃO DE OFÍCIO DA INCOMPETÊNCIA, ANTE A CONSTATAÇÃO DE INTERESSE DE MENOR, CUJA PRIMAZIA HÁ DE SER SEMPRE E NECESSARIAMENTE OBSERVADA. COMPETÊNCIA ABSOLUTA DO FORO DOS PAIS OU DO DETENTOR DE SUA GUARDA, PASSÍVEL, NESSE CASO, DE SER DECLARADA DE OFÍCIO. CONFLITO CONHECIDO PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DO FORO EM QUE RESIDE A CRIANÇA COM SUA GENITORA E PAI REGISTRAL.

1. Nos termos do art. 50 do Código de Processo Civil, "a ação em que o incapaz for réu será proposta no foro do domicílio de seu representante ou assistente", o que, na espécie, como visto, não foi observada. Trata-se, pois, de regra especial de competência territorial que protege o incapaz, por considerá-lo parte mais frágil na relação jurídica (*ut* CC 160.329/MG, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Segunda Seção, julgado em 27/02/2019, DJe 06/03/2019). Em princípio, ainda que se trate de competência territorial especial, o critério de competência é relativo, e, como tal, passível de prorrogação, caso o demandado não alegue a incompetência do Juízo em preliminar de contestação, nos termos do art. 65 do Código de Processo Civil.

2. Todavia, além da regra protetiva do incapaz acima referida, é certo, que, em se tratando de ação que verse sobre interesses de menor, cuja primazia há de ser sempre e necessariamente observada, incide regramento especial (art. 147 do ECA) que estabelece a competência absoluta do foro dos pais ou do detentor de sua guarda, passível, nesse caso, de ser declarada de ofício.

3. A subjacente ação de investigação de paternidade consubstancia ação de estado da pessoa, diretamente ligada ao direito de personalidade e da dignidade da pessoa humana, no caso, de uma criança, não restando dúvidas, assim, tratar-se de ação conexa ao interesse de menor, a atrair a competência absoluta do foro do domicílio do detentor de sua guarda, nos termos de enunciado n. 383 da Súmula do STJ.

4. Conflito de competência conhecido para declara a competência do Juízo de Direito da Vara Única de Pedras Fogo/PB, ora suscitante.

DECISÃO

Cuida-se de conflito de competência negativo instaurado entre o Juízo de Direito da Vara Única de Pedras de Fogo/PB, como suscitante, e o Juízo de Direito da Vara de Itambé/PE, como suscitado, no bojo de ação de anulação de registro civil e reconhecimento de paternidade, ajuizada por A. J. da S.

Extrai-se dos autos que A. J. da S. promoveu ação de anulação de registro civil de pessoa natural e investigação de paternidade, tendo por propósito anular o registro civil de pessoa natural da ré, L. V. F. M. de P., menor impúbere, representada pela genitora D. F. de M. e por M. R. S. de P. (pai registral), bem como investigação da sua paternidade, originariamente distribuída para o Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Itambé/PE, autuado sob o n.º 0000035-70.2019.8.17.2770.

O Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Itambé/PE, de ofício, em virtude do reconhecimento de sua incompetência absoluta, determinou a remessa dos autos ao Juízo de Direito da Vara Única de Pedras de Fogo/PB (comarca do domicílio do detentor da guarda da menor), com a adoção da seguinte fundamentação (e-STJ, fl. 24):

Trata-se de Ação de Anulação de Registro e Reconhecimento de Paternidade ajuizada por ARTUR JOSÉ DA SILVA em face de LORENA VITÓRIA FELIX MESQUITA DE PAIVA, menor impúbere, representada por DÊNIA FELIX DE MESQUITA e MARCOS RAFAEL SILVA DE PAIVA.

Ocorre que o pedido formulado não se enquadra nos limites de competência desta Unidade Judiciária, uma vez que a menor e sua representante possuem endereço na Cidade de Pedras de Fogo-PB.

De acordo com a Súmula 383 do STJ, a competência para processar e julgar ações que envolvam interesses do menor é do foro do domicílio do detentor da sua guarda.

Nesse sentido, o art. 147, inc.II, do Estatuto da Criança e Adolescente dispõe que a competência será determinada pelo lugar em que se encontra a criança ou adolescente. Tem-se entendido, inclusive, que se trata de hipótese de competência absoluta.

Isso porque o trâmite do processo na comarca em que reside a menor atenderá melhor os seus interesses.

Ante o exposto, declino da competência para processar e julgar a demanda em favor da Comarca de Pedras de Fogo-PB.

Remetidos os autos ao Juízo de Direito da Vara Única de Pedras de Fogo/PB, este, por sua vez, também se deu por incompetente, razão pela suscitou o presente conflito de competência, tecendo os seguintes fundamentos (e-STJ, fl. 28):

Bem analisando o caso, vejo que houve sensível equívoco por parte do Juízo da Vara Única da Comarca de Itambé/PE ao declinar de sua competência jurisdicional.

De sabença meridiana é que competência territorial é competência relativa, conforma pacífica doutrina e jurisprudência quanto à questão. Em assim o sendo, patente é que não pode qualquer Juízo declinar de sua competência em razão de critério territorial de ofício, sem ter sido provocado pela parte ré ou executada.

Veja-se que o art. 65, é taxativo em afirmar que a competência territorial (relativa) prorrogasse em caso de não suscitação caput pelo réu em preliminar de contestação, entendimento que deve ser estendido aos processos de execução de título extrajudicial, tendo em vista que, conforme o art. 917, V, do CPC, pode o executado, em embargos à execução, alegar a incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução.

Em verdade, compulsando a totalidade dos documentos que constam nos autos, não se percebe uma linha que seja por parte da ré alegado a incompetência territorial (relativa) do juízo da Vara Única da Comarca de Itambé/PE para processamento e julgamento desta demanda, ainda mais porque nem mesmo citada foi. Desta forma, e com amparo nos termos do Enunciado n.º 33 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça (STJ), é clara a vedação da declaração da incompetência relativa (territorial) de ofício, que houve neste caso.

[...]

Assim, resta patente a incompetência deste Juízo da Vara Única da Comarca de Pedras de Fogo/PB, sendo realmente competente o Juízo da Vara Única da Comarca de Itambé/PE.

Tendo em vista que tanto o Juízo da entendeu-se incompetente e atribuiu a Vara Única da Comarca de Itambé/PE este Juízo da Vara Única da Comarca de Pedras de Fogo/PB a competência para processamento e julgamento do feito, conforme Decisão constante do ID. , como este 17998353 Juízo da Vara Única da Comarca de Pedras de Fogo/PB entende-se incompetente e atribui ao Juízo da 1ª Vara Única da Comarca de Itambé/PE a competência para processamento e julgamento do feito, de acordo com o art. 66, II, do CPC, há conflito de competência e, conforme inteligência do art. 66, parágrafo único, do CPC, deve este Juízo da Vara Única da Comarca de Pedras de Fogo/PB suscitar o conflito, de ofício, tendo em vista que foi o que não acolheu a competência declinada.

O Ministério Público Federal ofertou parecer pelo conhecimento do conflito negativo, declarando-se a competência do Juízo de Direito da Vara Única de Pedras de Fogo/PB, que foi sintetizado na seguinte ementa (e-STJ, fl. 42):

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. Ação de anulação de registro civil e reconhecimento de paternidade . Direito da Criança e do Adolescente. Competência. Prevalência dos interesses do menor. Princípio do Juízo Imediato.
Precedentes. Parecer pelo provimento do conflito.

Brevemente relatado, decido.

Nos termos relatados, subjaz ao presente conflito ação de anulação de registro civil de pessoa natural e investigação de paternidade, promovida por A. J. da S., tendo por propósito anular o registro civil de pessoa natural da ré, L. V. F. M. de P., menor impúbere, representada pela genitora D. F. de M. e por M. R. S. de P. (pai registral), bem como investigação da sua paternidade, originariamente distribuída para o Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Itambé/PE, autuado sob o n.º 0000035-70.2019.8.17.2770.

Pelo que se verifica da exordial (e-STJ, fl. 8), o autor da ação, que alega ser pai biológico da ré, é domiciliado na Comarca de Itambé/PE, foro no qual foi proposta ação; enquanto que a demandada, menor impúbere, é domiciliada na comarca de Pedras de Fogo/PB, com a sua genitora D. F. de M. e com M. R. S. de P., que figura como seu pai registral.

Não se olvida que, nos termos do art. 50 do Código de Processo Civil, "a ação em que o incapaz for réu será proposta no foro do domicílio de seu representante ou assistente", o que, na espécie, como visto, não foi observada. Trata-se, pois, de regra especial de competência territorial que protege o incapaz, por considerá-lo parte mais frágil na relação jurídica (*ut* CC 160.329/MG, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Segunda Seção, julgado em 27/02/2019, DJe 06/03/2019).

Em princípio, ainda que se trate de competência territorial especial, o critério de competência é relativo, e, como tal, passível de prorrogação, caso o demandado não alegue a incompetência do Juízo em preliminar de contestação, nos termos do art. 65 do Código de Processo Civil.

Todavia, além da regra protetiva do incapaz acima referida, é certo, que, em se tratando de ação que verse sobre interesses de menor, cuja primazia há de ser sempre e necessariamente observada, incide regramento especial (art. 147 do

ECA) que estabelece a competência absoluta do foro dos pais ou do detentor de sua guarda, passível, nesse caso, de ser declarada de ofício.

Registre-se, a esse propósito, encontrar-se sedimentada a jurisprudência da Segunda Seção desta Corte de Justiça no sentido de que 'a competência para processar e julgar ações conexas de interesse de menor é, em princípio, do foro do domicílio do detentor de sua guarda' (Súmula n. 383/STJ).

AGRAVO INTERNO EM CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. GUARDA PROVISÓRIA DEFERIDA AOS AVÓS MATERNOS E À GENITORA EM DUAS DEMANDAS DISTINTAS. ART. 147, ECA. PREVALÊNCIA DO MELHOR INTERESSE DO MENOR.

1. Nos termos do art. 147 do ECA, a competência das ações envolvendo interesses de menor possui natureza absoluta, sendo primordialmente determinada pelo local do domicílio dos pais ou responsável, ou, na falta destes, pelo lugar onde se encontre a criança ou o adolescente, não se podendo olvidar que o princípio constitucional da prioridade absoluta dos interesses do menor é orientador das regras desse estatuto e, por conseguinte, dos critérios previstos nesse dispositivo legal. Neste sentido, a Súmula 383 do STJ: "A competência para processar e julgar ações conexas de interesse de menor é, em princípio, do foro do domicílio do detentor de sua guarda".

2. Em tal contexto, não se podem adotar, de forma automática, as regras processuais civis se elas puderem acarretar qualquer prejuízo aos interesses e direitos do menor, cuja condição peculiar de pessoa em desenvolvimento implica a sobreposição e aplicação do princípio da proteção integral, que permeia as regras do Estatuto da Criança e do Adolescente. Precedentes.

3. No caso concreto, consignou-se a prolação de liminares por juízos distintos deferindo a guarda provisória do menor aos avós maternos e à genitora, respectivamente, devendo-se aplicar a regra do art. 147, II, do ECA, qual seja a do local onde a criança se encontra atualmente, em atenção ao princípio do juízo imediato, máxime porque não há provas contundentes, no atual estágio, de que a genitora tenha se valido de subterfúgio a fim de afastar o Juízo natural. Ao revés, há indicativos da prática de violência doméstica, ainda que sem provimento judicial definitivo.

4. Dessarte, em face do princípio constitucional da prioridade absoluta dos interesses do menor, orientador dos critérios do art.

147 do ECA, mais adequada a declaração de competência do Juízo do local onde se encontra atualmente o menor.

5. Ausentes alegações que infirmem os fundamentos da decisão atacada, permanecem incólumes os motivos expendidos pela decisão recorrida, que declarou a competência do Juízo do local onde se

encontra o menor.

6. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no CC 156.392/BA, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/09/2019, DJe 30/09/2019)

A subjacente ação de investigação de paternidade consubstancia ação de estado da pessoa, diretamente ligada ao direito de personalidade e da dignidade da pessoa humana, no caso, de uma criança, não restando dúvidas, assim, tratar-se de ação conexa ao interesse de menor, a atrair a competência absoluta do foro do domicílio do detentor de sua guarda, nos termos de enunciado n. 383 da Súmula do STJ.

Nesse sentido, oportuno transcrever as considerações feitas pelo i. Representante do Ministério Público Federal:

Cinge-se a controvérsia a definir qual juízo competente para o processamento da ação de anulação de registro civil e reconhecimento de paternidade. O Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe que a competência será determinada pelo lugar em que se encontra a criança ou o adolescente. É o que está disposto no artigo 147 do ECA, segundo qual:

“Art. 147. A competência será determinada:

I - pelo domicílio dos pais ou responsável;

II - pelo lugar onde se encontre a criança ou adolescente, à falta dos pais ou responsável.”

Nos termos de tal disposição, a competência das ações que envolvam interesses de menor possui natureza absoluta. Isto se dá sob a orientação do princípio constitucional da prioridade absoluta dos interesses do menor, que serve como princípio norteador para estas regras. Deste modo, a necessidade de assegurar ao menor a prestação jurisdicional de forma prioritária, se sobrepõe à determinação da competência.

Cabe ainda destacar o enunciado da Súmula nº 383 do STJ que dispõe:

“A competência para processar e julgar as ações conexas de interesse de menor é, em princípio, do foro do domicílio do detentor de sua guarda”.

Deste modo, as regras processuais civis não podem ser adotadas de forma automática, de forma a prejudicar uma tutela mais eficaz ao atendimento dos interesses do menor.

[...]

Isto posto, o trâmite do processo deve ser feito na comarca em que reside o menor, tendo em vista que tal circunstância é mais adequada ao atendimento de seus interesses.

Superior Tribunal de Justiça

Em arremate, na esteira dos fundamentos acima delineados, conheço do conflito para declarar a competência do Juízo de Direito da Vara Única de Pedras Fogo/PB, ora suscitante.

Dê-se ciência ao Juízo suscitado.

Publique-se.

Brasília (DF), 07 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator